

**Ata da 23ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima,
ocorrida em 10/08/2005, às 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia, Esplanada
dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos 2º Andar**

Participantes:

- 1. João Antônio F. Salomão – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA**
- 2. Laura Porto – Ministério de Minas e Energia - MME**
- 3. Newton Paciornik – Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT**
- 4. José Domingos Gonzalez Miguez – Secretário Executivo**
- 5. Victor Zveibil – Ministério do Meio Ambiente - MMA**
- 6. Everton Vieira Vargas – Ministério das Relações Exteriores - MRE**

O Secretário Executivo, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, presidiu a reunião substituindo o Ministro da Ciência e Tecnologia que não pôde comparecer. Saudou os membros da Comissão e informou os pontos da agenda.

1. Aprovação da Ata da 22ª reunião da Comissão Interministerial.

A minuta de Ata da 22ª Reunião foi encaminhada aos membros da Comissão com antecedência, e não havendo qualquer comentário a ata foi considerada aprovada.

Uma versão da ata da 21ª Reunião, incorporando as observações apontadas pelo Dr. Victor Zveibil, representante do Ministério do Meio Ambiente, foi apresentada e não havendo comentários foi considerada aprovada.

2. Projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.

Atendendo a pedido feito pela Dr. Laura Porto, representante do Ministério de Minas e Energia, e não havendo objeção por parte dos demais membros da Comissão o Secretário Executivo iniciou a discussão com os projetos em análise.

- Projetos em análise
 - Projeto Pesqueiro Energia

Foram elaborados pareceres pelo MCT, MMA e MME

A representante do Ministério de Minas e Energia informou que este projeto já tentou candidatar-se ao PROINFA, entretanto, não foi eleito, pois não atendeu a alguns pré-requisitos, tal como ser um projeto novo e não ter comercializado anteriormente energia com a rede.

A Dra. Laura Porto destacou que o Documento de Concepção de Projeto apresentou informações equivocadas sobre o programa PROCEL do Ministério da Minas e Energia.

Classificou como graves as incoerências por tratar-se de um documento que será enviado ao Conselho Executivo.

Informou também que as declarações sobre a dificuldade para a obtenção de dados de despacho de eletricidade são infundadas, uma vez que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) já se prontificou a fornecer todas as informações sempre que consultado.

Destacou que o Anexo III deste projeto não está satisfatório e deve ser reformulado, e a licença de operação deve ser apresentada com a potência de 12,44 MW. Avaliou que, na opinião de seu Ministério, o projeto pode ser aprovado com ressalvas.

O representante do Ministério do Meio Ambiente corroborou as ressalvas apresentadas pelo MME e acrescentou que o termo de compromisso exigido pela Licença de Operação não foi apresentado. Informou também que o relatório de validação apresentado tem caráter preliminar e deve ser corrigido.

O representante do MMA destacou a utilização do conceito de “compensação ambiental” de forma equivocada em relação à Lei nº 9985/2000 e ao Decreto nº 4340/2002. Desta forma, o MMA entende que o projeto deveria ser colocado em revisão.

O Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, Dr. Newton Paciornik, avaliou que, por apresentar problemas no Anexo III, o projeto deve ser colocado em revisão, já que a Comissão deverá reavaliar o projeto após as correções.

O Representante do MCT manifestou dúvida quanto à adicionalidade deste projeto uma vez que existem inúmeras pequenas centrais hidroelétricas instaladas no Brasil e nenhuma delas apresentou problemas de viabilidade. Destacou que existem uma série de projetos MDL relacionados ao uso de PCHs em processo de validação que ainda não foram submetidos à Comissão Interministerial e que a Comissão deveria adotar um entendimento consistente aplicável a todos esses projetos. Acrescentou que a sua preocupação se referia às PCHs já construídas, e não às em fase de projeto.

A Dra. Laura Porto informou que os representantes do projeto apresentaram barreiras de financiamento (PPA e BNDS) como justificativa da adicionalidade do projeto e destacou que a Pesqueiro foi construída sem contrato, imaginando que poderiam, posteriormente, enquadrar-se no PROINFA. Entretanto, o projeto não foi elegível no PROINFA, uma vez que já havia comercializado energia e não se tratava de uma fonte nova de energia. Seu entendimento foi que os proponentes do projeto assumiram todos os riscos ao implementar o projeto de forma independente. Destacou que esta análise não consta do parecer preparado pelo MME, entretanto prontificou-se a incluir o tema em uma nova versão.

O Secretário Executivo observou que projetos envolvendo PCHs merecem ser analisados com atenção. As estratégias nacionais estão usualmente voltadas para grandes empreendimentos e, por este motivo, projetos MDL de PCHs são via de regra, elegíveis e adicionais. A implantação de novas PCHs minimizam os impactos ambientais devido à menor área de inundação, evitam a implantação de novas termelétricas e diminuem as

perdas em linhas de transmissão. Ressaltou, porém, que tais projetos devem ser avaliados com cautela para evitar possíveis iniciativas oportunistas.

A Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima deliberou que o projeto deverá ser revisto pelos proponentes, atendendo às considerações a seguir:

- Reapresentação do Anexo III da Resolução nº 1 descrevendo se e como o projeto Pesqueiro Energia contribuirá para o desenvolvimento sustentável, de forma mais clara e objetiva. Devem ser identificadas e enfatizadas as contribuições que podem ser de fato atribuídas à implantação da atividade de projeto adicionalmente a outras atividades das empresas proponentes do projeto.
- Esclarecimento do termo “compensação ambiental” utilizado. O termo “compensação ambiental” não foi utilizado em conformidade com a Lei nº 9985/2000 e com o Decreto nº 4340/2002.
- Na licença de operação (L.O. 6786) a condicionante de nº 5 estabelece que deverá ser cumprido integralmente o termo de compromisso anexo à L.O., sob pena de nulidade da mesma. Torna-se necessário conhecer o teor desse termo de compromisso.
- Na documentação apresentada consta a Licença de Operação da PCH Pesqueiro, de nº 08408, de 06.09.2002, em que há a concessão para a operação do empreendimento com capacidade prevista de 12 MW. Na renovação da L.O., em 07.03.2005, de nº 6.786, com validade de 07.03.2009, não há menção expressa da capacidade de operação da planta. Entretanto, no Projeto caracteriza-se a capacidade instalada da PCH de 12,44 MW para geração de energia. Esta discrepância de valores deva ser esclarecida, sendo feitas as adequações pertinentes.
- Apresentação dos documentos mencionados no item B.3 Passo 0 (a) e (b) do DCP (página 11) como comprovação da adicionalidade do projeto.
- Revisão das informações apresentadas para justificar a adicionalidade do projeto. A justificativa apresentada para a adicionalidade nos Passos 1, 3 e 4 é confusa, contendo várias contradições e informações desnecessárias à efetiva análise da adicionalidade do projeto de MDL. No que tange às políticas governamentais no setor energético, devem ser consideradas as seguintes observações:
 - No Passo 1, Sub-passo 1a (Definir alternativas à atividade de projeto, página 8 do DCP), destaca-se como alternativa à atividade de projeto a continuidade da situação atual e o investimento do capital excedente no mercado financeiro. Entende-se que deveriam ser apresentadas as outras alternativas técnicas de fontes de geração de energia elétrica que seriam ou continuariam a ser utilizadas caso o projeto não fosse implantado, e não qual a alternativa de negócio que o empreendedor teria.
 - No Passo 3 (Análise de Barreiras página 9 do DCP) é feita a observação: “Apesar de os objetivos do programa serem louváveis, os resultados foram limitados, principalmente, devido a investimentos insuficientes e estratégias mal geridas” em relação ao Procel, Programa Nacional de Conservação de Energia, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e destinado a promover o uso eficiente da energia elétrica no país e o combate ao seu desperdício. Cabe observar que os benefícios gerados pelo PROCEL podem ser contabilizados

tanto pela economia de energia quanto pelos investimentos evitados na expansão do setor, que se reverteram em benefícios para a sociedade. Desde a sua implantação em 1985, o programa proporcionou uma economia total de energia elétrica acumulada da ordem de 19.000 GWh e uma redução de demanda no período de ponta da ordem de 5.000 MW. O montante de energia conservada nesses vinte anos equivale à energia elétrica necessária ao atendimento de mais de 10 milhões de residências, à energia tipicamente fornecida por uma usina hidrelétrica com capacidade 4.500 MW e investimentos evitados correspondentes no sistema elétrico brasileiro da ordem de R\$ 16 bilhões.

- Também no Passo 3 (página 11 do DCP) é feita a observação: *“Este risco (de falha regulatória) pode ser evitado melhorando-se a capacidade técnica do Ministério de Minas e Energia e, ao mesmo tempo, isolando-se as interferências políticas nas novas instituições”*. Deve ser esclarecido que o MME conta com equipe de técnicos e especialistas altamente capacitados e que sempre baseia suas decisões em estudos e trabalhos realizados por instituições nacionais e internacionais do mais alto prestígio. O risco de falha regulatória mencionado pelos proponentes do Projeto, no DCP, contradiz com o que se tem visto atualmente, que é a estabilidade dos marcos regulatórios brasileiros, inclusive do setor elétrico, e o aumento do interesse e da confiança dos investidores nacionais e internacionais.
- Na página 14 do DCP é mencionado: *“A alta volatilidade do preço da eletricidade no Brasil indica uma inconsistência nas políticas governamentais e não existe garantia de que o projeto irá operar em um mercado regulatório de energia seguro”*. Esta declaração contradiz com o próprio texto do DCP que afirma, na página 10, último parágrafo, que *“essas medidas (implantação de dois mercados para compra e venda de energia, um regulado e um livre) devem reduzir a volatilidade do mercado e permitir que as companhias de distribuição estimem melhor o tamanho do mercado”*. Além disso, os valores apresentados referem-se à comercialização no mercado de curto prazo. Quando são considerados contratos bilaterais entre geradores e distribuidores, a estabilidade do preço da energia é bastante alta.
- No Sub-Passo 3b, página 14, é feita a observação: *“Como descrito acima, a principal alternativa para a atividade do projeto é continuar na mesma situação”*. Mais uma vez é apresentada como alternativa à atividade de projeto a continuidade da situação atual e o investimento do capital excedente no mercado financeiro. Entretanto, o item pede que seja mostrado que as barreiras identificadas não evitariam a implementação de pelo menos uma das alternativas energéticas propostas nos cenários de linha de base e no cenário do projeto.
- No Passo 4 (Análise da prática comum) foi feita a observação: *“Tanto o processo de negociação de um PPA com as companhias de serviços públicos como a obtenção de financiamento do BNDES têm sido muito difíceis. O BNDES também exige garantias excessivas para fornecer financiamento”* (página 14 do DCP). Não são explicadas quais as dificuldades encontradas nas negociações de PPA e de financiamento. É certo que existem dificuldades relacionadas ao preço da energia gerada pelas PCHs, o qual ainda não é

competitivo no mercado de energia no Brasil. Entretanto, atualmente existem diferentes mecanismos instituídos pelo novo modelo do setor elétrico, que permitem alternativas para a venda de energia de fontes alternativas, inclusive de PCHs. Além do BNDES, o Banco Nacional do Nordeste – BNB e o Banco do Brasil – BB, através de seus fundos constitucionais, possuem linhas de financiamento com condições especiais.

- Ainda no Passo 4 (página 15 do DCP) é feita a observação: “*A legislação que criou o PROINFA levou em consideração possíveis receitas do MDL para prosseguir com o programa*” Tal declaração é equivocada. O PROINFA não considerou possíveis benefícios advindos do MDL para implantar ou dar continuidade ao programa. Pelo contrário, foi considerado elegível e adicional por caracterizar-se como uma política do tipo E- (políticas e regulações nacionais e/ou setoriais que ofereçam vantagens comparativas a fontes menos intensivas em emissões em relação àquelas mais intensivas, adotadas após 11 de novembro de 2001). Além disso, não é correto o argumento de que todos aqueles projetos que não estão no PROINFA optaram pelo MDL. Primeiro porque os empreendimentos do PROINFA também podem participar do MDL, e depois porque só participarão do MDL, aqueles que, mesmo não contratados no PROINFA, justificarem convincentemente sua adicionalidade.
- Verificação dos valores anuais estimados de redução, diferentes no DCP (42.179 tCO₂) e no Relatório de Validação (41.633 t CO₂).
- Apresentação detalhada do cálculo do fator de emissão da margem combinada. É necessário apresentar os dados utilizados de forma transparente numa tabela com informações desagregadas.
- Correção dos valores de redução de emissão de CO₂ apresentados na Tabela 1. São apresentados valores distintos nas versões em português e inglês.
- Revisão da Tabela 1. Como o projeto começou em 27 de janeiro de 2003, os anos de obtenção de crédito são defasados dos anos do calendário. Na tabela, confundem-se informações referentes aos anos do calendário com informações referentes aos anos de obtenção de créditos.
- Eliminação da afirmação incorreta apresentada no item A.3 do Documento de Concepção de Projeto de que a Pesqueiro S.A. foi autorizada pela Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima.
- Apresentação do Relatório de Validação Final a ser enviado ao Conselho Executivo do MDL para registro; o documento submetido, além de preliminar, ressalva a não aprovação do projeto pela Autoridade Nacional Designada; o Relatório deve ser apresentado em inglês e com versão conforme para português (o texto em português da versão atual apresenta inúmeras incorreções em relação ao texto em inglês, dificultando a sua leitura e muitas vezes deturpando o sentido original).
- Projeto BK Energia Itacoatiara (Precious Wood Energia)

Foram elaborados pareceres pelo MCT, MMA e MME

O Secretário Executivo informou que, após análise preliminar deste projeto, foram constatadas inconsistências quanto à identificação dos proponentes do projeto. Em alguns documentos constava que o responsável pelo projeto era a Precious Wood Energia e em outros que o responsável seria a empresa BK Energia Itacoatiara. A Secretaria Executiva comunicou tais incoerências ao proponente do projeto, que submeteu nova versão no dia 4 de agosto. Não houve tempo para que a nova documentação fosse verificada. Portanto a análise do projeto ocorreu exclusivamente com base na documentação anterior.

A representante do MME, Dra. Laura Porto, informou que o projeto da Usina Itacoatiara envolve a substituição do diesel combustível por cavaco de madeira. Acrescentou que esta usina tem um importante de trabalho social e indiscutível adicionalidade. Avaliou que o Anexo III foi bem construído, apresentando com clareza a contribuição para o desenvolvimento sustentável, com ressalva aos itens de geração líquida de emprego e distribuição de renda que poderiam ser melhor desenvolvidos. Entretanto, declarou que, assim como no Projeto Pesqueiro, foi incluído ao corpo do documento uma crítica infundada ao PROCEL.

O Secretário Executivo perguntou qual seria a sugestão do MME sobre a questão da crítica ao PROCEL, tanto no Projeto Pesqueiro quanto no Itacoatiara.

A Dra. Laura Porto destacou que esse trecho com críticas ao PROCEL deveria ser excluído dos Documentos de Concepção de Projeto.

O Representante do MCT, Dr. Newton Paciornik, concordou com o posicionamento da representante do MME, porém destacou que as informações sobre a contribuição sobre o desenvolvimento sustentável do projeto foram obtidas do Documento de Concepção de Projeto e não do Anexo III. Informou que, além disso, foram identificados problemas relativos à identificação dos participantes do projeto e outras incorreções na documentação encaminhada; observou, também que, curiosamente, existe uma declaração pública do representante da Precious Wood atestando que o projeto é extremamente interessante do ponto de vista econômico, o que, em parte, descaracterizaria a adicionalidade do projeto

O representante do MMA informou que a Licença de Operação apresentada estava incompleta e com a validade expirada; há menção no texto de que a equipe validadora deveria atender a aspectos técnicos de pequenas centrais hidroelétricas, enquanto o projeto se referia a uma usina termelétrica. Foram também identificados três valores diferentes para reduções de emissões no projeto, no PDD e no relatório de validação.

A Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima deliberou que o projeto deverá ser revisto pelos proponentes, atendendo as considerações a seguir:

- Reapresentação do Anexo III da Resolução nº1 descrevendo se e como o Projeto contribuirá para o desenvolvimento sustentável, de forma mais clara e objetiva. Devem ser identificadas e enfatizadas as contribuições que podem ser de fato atribuídas à implantação da atividade de projeto adicionalmente a outras atividades das empresas proponentes do projeto. Alguns dos aspectos da contribuição da atividade de projeto

para o desenvolvimento sustentável foram desenvolvidos no DCP, no entanto não foram adequadamente enfocados no Anexo III;

- Esclarecimento das declarações do representante da BK Itacoatiara, Sr. Renato Scop, de que o projeto é extremamente interessante do ponto de vista econômico, o que o descaracterizaria como adicional.
- Revisão do Passo 3 da ferramenta de adicionalidade, considerando que o empreendimento teve reconhecido o seu enquadramento na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC por meio da Resolução ANEEL nº 326, de 18 de junho de 2002. A sub-rogação da CCC é um incentivo dado pelo Governo Federal para a implantação de empreendimentos de fontes alternativas em sistemas isolados. Do valor total do investimento (R\$ 22 milhões), foram sub-rogados 75%. Entende-se que este benefício foi importante para a definição da implantação do projeto e que não deveria ter sido omitido na elaboração do DCP.
- Revisão, ainda com relação ao Passo 3, das informações seguintes apresentadas na justificativa da adicionalidade do projeto:
 - Na página 13 do DCP é feita a observação: “Apesar de os objetivos do programa serem louváveis, os resultados foram limitados, principalmente, devido a investimentos insuficientes e estratégias mal geridas” em relação ao PROCEL, Programa Nacional de Conservação de Energia, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e destinado a promover o uso eficiente da energia elétrica no país e o combate ao seu desperdício. Cabe observar que os benefícios gerados pelo PROCEL podem ser contabilizados tanto pela economia de energia quanto pelos investimentos evitados na expansão do setor, que se reverteram em benefícios para a sociedade. Desde a sua implantação em 1985, o programa proporcionou uma economia total de energia elétrica acumulada da ordem de 19.000 GWh e uma redução de demanda no período de ponta da ordem de 5.000 MW. O montante de energia conservada nesses vinte anos equivale à energia elétrica necessária ao atendimento de mais de 10 milhões de residências, à energia tipicamente fornecida por uma usina hidrelétrica com capacidade 4.500 MW e investimentos evitados correspondentes no sistema elétrico brasileiro da ordem de R\$ 16 bilhões.
 - Na página 14 do DCP é feita a observação: “Este risco (de falha regulatória) pode ser evitado melhorando-se a capacidade técnica do Ministério de Minas e Energia e, ao mesmo tempo, isolando-se as interferências políticas nas novas instituições”. Deve ser esclarecido que o MME conta com equipe de técnicos e especialistas altamente capacitados e que sempre baseia suas decisões em estudos e trabalhos realizados por instituições nacionais e internacionais do mais alto prestígio. O risco de falha regulatória mencionado pelo autor do DCP, contradiz com o que se tem visto atualmente, que é a estabilidade dos marcos regulatórios brasileiros, inclusive do setor elétrico, e o aumento do interesse e da confiança dos investidores nacionais e internacionais.
 - Na página 17 do DCP é mencionado: “A alta volatilidade do preço da eletricidade no Brasil indica uma inconsistência nas políticas

governamentais e não existe garantia de que o projeto irá operar em um mercado regulatório de energia seguro". Esta declaração contradiz com o próprio texto do DCP que afirma, na página 14, 3º parágrafo, que "*essas medidas (implantação de dois mercados para compra e venda de energia, um regulado e um livre) devem reduzir a volatilidade do mercado e permitir que as companhias de distribuição estimem melhor o tamanho do mercado*". Além disso, os valores apresentados referem-se à comercialização no mercado de curto prazo. Quando são considerados contratos bilaterais entre geradores e distribuidores, a estabilidade do preço da energia é bastante alta.

- Apresentação, como solicitado no Artigo 3º § IV da Resolução nº1 de 11 de setembro de 2003 da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, de declaração assinada pelo participante do projeto, constando o nome do mesmo e estipulando o responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão Interministerial. Esclarecer quem são os seus representantes legais e encaminhar documentos que comprovem a legitimidade dos atos de tais representantes para assinatura de documentos. As Declarações apresentadas estão assinadas pelo Sr. Emídio Fernandes de Carvalho Neto que não consta como representante legal da BK Energia Itacoatiara Ltda.
- Apresentação de cópia do convite a comentários enviado pelos proponentes do projeto a Associações Comunitárias (artigo 3º § II) ou declaração sobre a inexistência dessas entidades no município.
- Apresentação de declaração da Entidade Operacional Designada de que tem capacidade de assegurar o cumprimento dos requerimentos pertinentes da legislação brasileira.
- Correção do Documento de Concepção de Projeto na página 4 onde consta o valor de 178.000 t CO₂e por ano para a redução de emissões da atividade de projeto. O valor correto seria 1.167.926 t CO₂e em 7 anos, ou 166.847 t CO₂e anuais, como consta da tabela 4 na página 30 e no Relatório de Validação.
- Correção das Tabelas 3 e 4 do DCP que estão em inglês.
- Correção e reformulação da Tabela 6. As colunas de metano evitado e os valores acumulados estão incorretos, assim como a unidade utilizada deve ser corrigida para CO₂e. Além disso, como o projeto começou em novembro de 2002, os anos de obtenção de crédito são defasados dos anos do calendário, com o primeiro período de obtenção de créditos terminando em outubro de 2009. Na tabela apresentada, confundem-se informações referentes aos anos do calendário com informações referentes aos anos de obtenção de créditos.
- Apresentação do Relatório de Validação Final a ser enviado ao Conselho Executivo do MDL para registro; o documento submetido contém ressalvas, inclusive explicitando que a Entidade Operacional Designada não recomenda a atividade de projeto devido à ausência da carta de aprovação da AND brasileira; o Relatório deve ser apresentado em inglês e com versão conforme para português (o texto em português da versão atual apresenta inúmeras incorreções em relação ao texto em inglês, dificultando a sua leitura e muitas vezes deturpando o sentido original).

➤ Projetos Aprovados com Ressalvas

Foram encaminhados ofícios a todos os projetos aprovados com ressalvas no dia 28 de junho.

- Projeto Bandeirantes de Gás de Aterro e Geração de Energia em São Paulo
- Projeto Sadia de Captura e Combustão de GEE dos Sistemas de Gerenciamento de Estercos das Granjas Faxinal dos Guedes e Toledo
- Projeto de Geração de Eletricidade Renovável da UTE Barreiro S.A.
- Projeto de Redução de Emissões de Biogás Caieiras
- Projeto de Recuperação de Gás de Aterro Estre

Os projetos Bandeirantes e Sadia ainda não haviam encaminhado resposta ao ofício da Comissão Interministerial.

Os representantes dos projetos UTE Barreiro e Caieiras encaminharam resposta ao ofício da Comissão Interministerial juntamente com nova documentação, no dia 27 de julho.

Os representantes do projeto Estre encaminharam resposta ao ofício da Comissão Interministerial no dia 1º de agosto de 2005.

O Secretário Executivo declarou que a documentação encaminhada foi analisada, concluindo-se que os projetos Estre e Caieiras atenderam às exigências da Comissão Interministerial e poderiam ser aprovados. Informou que os documentos seriam disponibilizados na página da Comissão Interministerial e como acordado pela Comissão os Ministérios teriam um prazo de 10 dias para se pronunciarem no caso de objeção, após o qual seriam considerados aprovados e preparadas as “Cartas de Aprovação”.

Informou que a resposta encaminhada pelos representantes do projeto UTE Barreiro não foi considerada satisfatória pela Secretaria Executiva, uma vez que não foram corrigidas as tabelas 8 e 9 do DCP.

A Comissão Interministerial deliberou pelo encaminhamento de um novo ofício solicitando que as questões pendentes sejam atendidas.

O representante do MAPA sugeriu que seja adotado um procedimento célere de aprovação no caso do projeto UTE Barreiro, caso ele encaminhe as modificações requisitadas pela Comissão Interministerial.

O Secretário Executivo avaliou como positiva a idéia do representante do MAPA segundo a qual não seria necessário esperar a reunião seguinte da Comissão Interministerial para dar conhecimento. Uma vez recebida a documentação e constatada sua conformidade com os requerimentos da Comissão Interministerial, a Secretaria Executiva disponibilizaria para os demais Ministérios a documentação e seu parecer favorável durante o período de 10 dias, após os quais o projeto seria considerado aprovado e imediatamente preparada a “Carta de Aprovação”.

➤ Projetos em Revisão

O Secretário Executivo informou que eram sete os projetos em revisão.

- Projeto Cosipar de Energia Renovável
- Projeto de Geração de Eletricidade a partir de Biomassa em Inácio Martins
- Projeto de Geração de Eletricidade a partir de Biomassa em Imbituva
- Projeto de Geração de Eletricidade a partir de Biomassa Rickli
- Projeto IRANI para Geração de Eletricidade a partir de Biomassa
- Projeto de Gás de Aterro Anaconda
- Granja Becker GHG Projeto de Mitigação

Os projetos Cosipar, Inácio Martins e Imbituva ainda não haviam encaminhado resposta ao ofício da Comissão Interministerial.

Os representantes dos projetos IRANI e Anaconda encaminharam resposta ao ofício da Comissão Interministerial no dia 1º de agosto de 2005.

Os representantes do projeto Rickli encaminharam resposta ao ofício da Comissão Interministerial no dia 4 de agosto de 2005.

Os representantes do projeto Granja Becker encaminharam resposta ao ofício da Comissão Interministerial no dia 09 de agosto de 2005.

O Secretário Executivo informou que todas as documentações fossem disponibilizadas na Internet e sugeriu que a deliberação sobre estes projetos fosse feita durante a próxima reunião da Comissão Interministerial, de forma que todos os Ministérios pudessem proceder à análise da documentação de forma apropriada.

3. Outros assuntos.

A representante do Ministério de Minas e Energia, Dr. Laura Porto, destacou a dificuldade de preparar os pareceres sobre os projetos MDL para a Comissão Interministerial, uma vez que a documentação é usualmente disponibilizada ou atualizada em data muito próxima à realização das reuniões.

O Secretário Executivo avaliou que a submissão de documentos para análise da Comissão Interministerial em datas próximas às agendadas para as reuniões ordinárias deverá ser recorrente. Na sua opinião, os proponentes de projeto avaliam que desta forma pressionariam a Comissão Interministerial a proceder a análise dos projetos de forma superficial.

O Secretário Executivo destacou que, de acordo com a Resolução nº1, a prática adotada pela Comissão Interministerial para a análise de projetos submetidos tem sido a divulgação de recebimento da documentação na reunião imediatamente após a submissão do projeto, ficando a deliberação sobre o projeto para a reunião subsequente. Entretanto não existe procedimento acordado para os projetos em revisão. Sugeriu que fosse adotada para esses casos a mesma prática de notificação de recebimento na reunião seguinte e análise de

deliberação na reunião subsequente ou que fosse estabelecido um prazo mínimo de 15 dias para a análise de qualquer nova documentação submetida.

O Secretário Executivo mencionou ainda a preocupação com o fato que o número de projetos submetidos deverá crescer muito, uma vez que até aquele momento 19 projetos já haviam sido submetidos à Comissão Interministerial, enquanto podiam ser identificados no sítio do Secretariado da Convenção 60 projetos brasileiros em processo de validação. Isto significa que, em breve, seriam submetidos outros 40 projetos à Comissão Interministerial.

Acrescentou que na sua avaliação os proponentes de projeto poderiam tentar transferir a responsabilidade de não aprovação de seus projetos à Comissão Interministerial, uma vez que muitos projetos já implementados (com data de início depois de 2000) pretendem solicitar registro como projetos MDL e o prazo para solicitação de registro desse tipo de projeto expira em 31 de dezembro de 2005. Informou, entretanto, que não há justificativa para tamanha demora na submissão de tais projetos à Comissão Interministerial, pois o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo está operando desde 2002 e o Brasil aprovou o Projeto Nova Gerar em setembro de 2004. Avaliou que muitos proponentes de projeto esperaram que o Protocolo de Quioto entrasse em vigor para então submeter seus projetos e também tentarão submeter seus projetos no fim do prazo de dezembro com a intenção de pressionar para a aprovação da Comissão Interministerial e do Conselho Executivo do MDL.

O Representante do MME, Embaixador Everton Vargas, concordou com o posicionamento do Secretário Executivo e acrescentou que a Comissão Interministerial deve aprovar normas claras para todo trâmite processual da aprovação dos projetos submetidos, sob pena de ser acusada publicamente de dificultar a aprovação de projetos MDL no Brasil. Acrescentou que é inadmissível que projetos de 300 páginas sejam submetidos um único dia antes da reunião da Comissão Interministerial e que se espere que sejam analisados de imediato.

O Secretário Executivo concordou com o posicionamento do Embaixador Everton Vargas destacando que a melhor solução seria continuar a adotar o procedimento atualmente em vigor e já regulamentado pela Resolução nº 01 para submissão de projeto e também para a análise dos projetos em revisão. Seguindo esta prática, toda a documentação que fosse submetida à Comissão Interministerial seria apresentada formalmente aos representantes dos Ministérios na reunião seguinte e discutida e votada na reunião subsequente.

➤ Andamento do decreto de alteração da composição da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima

O Secretário Executivo destacou que o representante da Casa Civil não pôde comparecer à reunião, porém informou que a consulta feita sobre a participação do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas já havia sido respondida pelo Ministro da Ciência e Tecnologia e encaminhada à Casa Civil no dia 29 de julho de 2005. Esperava que um posicionamento mais concreto já devesse estar disponível durante a próxima reunião da Comissão Interministerial.

➤ Definição de um critério de baixa renda

O Secretário Executivo ressaltou que o representante do Ministério da Fazenda não estava presente e que suas informações eram importantes para o desenvolvimento do tema. Esclareceu que a Secretaria Executiva havia preparado uma análise da utilização do índice IDH-Renda de 0,651 ou o PIB per capita municipal (IBGE) de 2.500 R\$/Ano, que equívale a uma renda mensal de pouco maior do que meio salário mínimo, como um possível critério de definição de comunidade de baixa renda para efeito do MDL Florestal. Sugeriu, como alternativa, que comunidades que não se enquadrassem no critério acima exposto, mas que se considerem de baixa renda, pudessem requerer ao prefeito ou governador, no caso do Distrito Federal, o encaminhamento de uma declaração oficial atestando que tais comunidades seriam de baixa renda.

O representante do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Dr. João Antônio F. Salomão, informou que, caso um critério como estes seja definido, praticamente todos os municípios da Região Sul do Brasil seriam excluídos, apesar da importante indústria madeireira presente na região.

O Secretário Executivo esclareceu que a necessidade de uma definição nacional de comunidades de baixa renda para projetos MDL Florestal de pequena escala é uma determinação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e não do Governo Brasileiro. Informou ainda que nada impede que as indústrias madeireiras do Sul do Brasil preparem projetos florestais de grande escala.

O representante do MAPA, sugeriu como alternativa a utilização de um índice relativo que considerasse as diferenças de cada região do Brasil. Assim, sugeriu um índice que aponte as comunidades 35% mais carentes de cada região.

O representante do MRE, Ministro André Correia do Lago, ressaltou que, como mencionado na reunião anterior, não seria recomendável a utilização de um índice internacional (IDH-renda) para a determinação de comunidades de baixa renda no Brasil. Apontou que a Comissão Interministerial deveria procurar algum tipo de índice nacional para substituir o uso do IDH-renda.

O Representante do MCT, informou que a utilização do PIB per capita municipal, foi proposto como uma alternativa à utilização do índice IDH-renda, entretanto, a simples utilização do PIB per capita municipal restringiria mais o número de municípios que poderiam ser beneficiados.

O Secretário Executivo argumentou que, independentemente de qual seja o índice escolhido, sempre haveria repercussão negativa, e que a adoção da necessidade de uma declaração da autoridade local poderia ser mais interessante, uma vez que evitaria esta discussão.

O representante do MMA apoiou a proposta do representante do MRE e ponderou que um critério como este seria mais prudente, uma vez que daria mais flexibilidade à

implementação do MDL florestal de pequena escala, transferindo a responsabilidade de definição de comunidades de baixa renda para as autoridades locais.

O representante do MRE considerou que os critérios apresentados pelo MCT são interessantes e devem ser utilizados como base para justificar a tomada de decisão das autoridades locais para a definição de comunidades de baixa renda.

O representante do MME concordou com o entendimento.

O Secretário Executivo concordou com a opinião dos colegas e sugeriu que fosse formalizado e apresentado na reunião seguinte da Comissão Interministerial um documento que expressasse esta idéia para deliberação.

O Secretário Executivo informou ainda que a Resolução nº 02 já foi aprovada pelo departamento jurídico do Ministério da Ciência e Tecnologia e encaminhada para publicação. O texto é exatamente igual ao aprovado pela Comissão e será encaminhado para os Ministérios.

Informou também que os proponentes do Projeto Marca encaminharam nova documentação alterando os proponentes do projeto e que toda a documentação será disponibilizada aos demais Ministérios para conhecimento.

O representante do MCT esclareceu que está em estudo a formulação da Resolução nº 03, que terá como objetivo principal a definição dos procedimentos de submissão e suspensão do trâmite de projetos na Comissão. Outro ponto que deve ser abordado são medidas que dificultem futuros pedidos de suspensão no trâmite de projetos submetidos. A idéia é que este questionamento só possa ocorrer se houver concordância de todos os proponentes do projeto e especificamente sobre dois questionamentos específicos: quanto ao processo de validação ou quanto à legitimidade das pessoas físicas e jurídicas que figuram como participantes do projeto. Outro ponto importante é a necessidade de internalização dos procedimentos para submissão de projetos de pequena escala, conforme decisão da COP 8.

O representante do MRE concordou que é necessário evitar episódios similares ao que ocorreu envolvendo a Prefeitura de São Paulo e o projeto Bandeirantes. Ressaltou que os trâmites devem ser simples e esclareceu que a Comissão não deve suspender a tramitação de um projeto.

O representante do MCT acrescentou que, de fato, a idéia é justamente impedir que apenas um proponente impeça o trâmite normal do projeto.

O representante do MRE questionou também sobre a necessidade de se discutir os motivos que os proponentes do projeto têm para retirá-lo do trâmite normal da Comissão Interministerial. Na sua opinião, esta discussão seria inócua e irrelevante, uma vez que os proponentes do projeto não precisam necessariamente apresentar um motivo para requerer o término da tramitação de um projeto.

O Secretário Executivo informou ter recebido uma consulta da DNV sobre o projeto ONYX, questionando se a “Carta de Aprovação” concedida pela Comissão Interministerial autorizaria uma empresa internacional ou mesmo um governo estrangeiro a ter uma conta no registro Brasileiro no Comitê Executivo do CDM.

O representante do MRE observou que necessitaria de analisar com cuidado essa questão, inclusive averiguando o posicionamento de outros países.

O Secretário Executivo informou também que a “Carta de Aprovação” do governo Brasileiro é omissa quanto ao tema. E o Conselho Executivo tem interpretado a “Carta de Aprovação” como uma autorização para abrir contas no registro Brasileiro.

O Secretário Executivo destacou, também, que inúmeras “Cartas de Aprovação” já foram emitidas, e não havia o que ser feito a este respeito, porém avaliou que, de agora em diante, a autorização para movimentar o registro nacional deveria ser restrita a empresas brasileiras.

O MRE sugeriu que fosse feito um comunicado formal ao Conselho Executivo do MDL informando que apenas empresas brasileiras têm autorização para abrir contas no registro brasileiro.

O Secretário Executivo concordou que esta poderia ser uma solução interessante e que unificaria a interpretação do Conselho Executivo de todas as “Cartas de Aprovação” emitidas pelo Governo Brasileiro.

O representante do MRE pediu que esta discussão fosse adiada para a reunião subsequente da Comissão Interministerial, pois gostaria de proceder com algumas consultas antes que fosse tomada uma decisão.

O Secretário Executivo agradeceu a participação de todos os representantes dos Ministérios e declarou encerrada a reunião.